



Fecomércio - 15/09/2020

**Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Selic 2020 segue em 2,00%; em 2021 projeção sai de 2,88% para 2,50% ao ano** 6  
Noticias - 14/09/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Focus: projeção do PIB de 2020 passa de queda de 5,31% para recuo de 5,11%** 7  
Noticias - 14/09/2020

**Mossoró Hoje | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**[OPINIÃO] 'O papel da Petrobras não cabe em uma planilha'** 9  
Noticias - 14/09/2020

**Portal Mercado Aberto | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Atividade econômica cresce 2,15% em julho, informa Banco Central** 11  
Noticias - 14/09/2020

**Rádio 98 FM | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Bolsonaro veta parte do perdão a dívidas tributárias de igrejas - Rádio 98 FM Natal** 12  
Noticias - 14/09/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Retomada de atendimento presencial do INSS tem filas e reclamações pelo país - Rádio 98 FM Natal** 15  
Noticias - 14/09/2020

**Agora RN - Natal | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Projeto de mentoria incentiva e orienta empresas do RN a reverter cenário de crise** 17  
Noticias - 14/09/2020

**Blog Jair Sampaio | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Bolsonaro veta parte de perdão a igrejas, mas estimula derrubada do próprio veto** 19  
Noticias - 14/09/2020

**Blog do BG | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Mercado melhora previsão e passa a prever tombo de 5,11% no PIB de 2020** 21  
Noticias - 14/09/2020

**Rádio 98 FM | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Governo do RN anuncia pagamento de setembro dos servidores estaduais - Rádio 98 FM Natal** 23  
Noticias - 14/09/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

<b>União pode quebrar se forem criados novos fundos, diz Guedes - Rádio 98 FM Natal</b> Notícias - 14/09/2020	24
<b>Blog Daltro Emerenciano   Rio Grande do Norte</b> FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / <b>MINISTÉRIO DA ECONOMIA DEFENDE QUE APOSENTADOS FIQUEM DOIS ANOS SEM AUMENTO - Blog de Daltro Emerenciano</b> Notícias - 14/09/2020	26
<b>Tribuna do Norte   Rio Grande do Norte</b> FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / <b>PIB do coronavírus</b> Notícias - 15/09/2020	27
<b>Blog do BG   Rio Grande do Norte</b> FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / <b>Reforma administrativa pode economizar até R\$ 816 bilhões em 10 anos para União, Estados e municípios, afirma Ipea</b> Notícias - 14/09/2020	29
<b>Blog Jair Sampaio   Rio Grande do Norte</b> FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN / <b>Futuro do turismo potiguar é debatido na Assembleia Legislativa</b> Notícias - 14/09/2020	32
<b>Blog do FM   Rio Grande do Norte</b> FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN, FECOMÉRCIO-RN - BARREIRA ROXA / <b>2º Fest Bossa &amp; Jazz - Home Sessions acontece próximo mês em Natal e pela web</b> Notícias - 14/09/2020	35
<b>Blog da Juliska   Rio Grande do Norte</b> FECOMÉRCIO-RN - SESC RN / <b>Som Sem Plugs promove oficinas audiovisuais para jovens de projetos sociais em Natal, Caicó e Mossoró</b> Notícias - 15/09/2020	36
<b>Blog Suébuster Neri   Rio Grande do Norte</b> FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN / <b>Sesc RN oferece modalidades esportivas com preços diferenciados e turmas on-line</b> Notícias - 14/09/2020	37
<b>Blog do FM   Rio Grande do Norte</b> FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN / <b>Projeto 'Trilhas do Futuro', do Senac RN, terá série de lives sobre competências para o novo mercado profissional</b> Notícias - 14/09/2020	38
<b>Blog do Carlos Costa   Rio Grande do Norte</b>	



## Selic 2020 segue em 2,00%; em 2021 projeção sai de 2,88% para 2,50% ao ano



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os economistas do **mercado** financeiro mantiveram suas projeções para a Selic (a taxa básica da **economia**) no fim de 2020. O Relatório de Mercado Focus trouxe nesta segunda-feira (14) que a mediana das previsões para a Selic neste ano seguiu em 2,00% ao ano. Há um mês, estava no mesmo patamar.

Créditos: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

Já a projeção para a Selic no fim de 2021 caiu de 2,88% ao ano para 2,50% ao ano, ante 2,75% de quatro semanas atrás. No caso de 2022, a projeção seguiu em 4,50% ao ano, ante 4,75% de um mês antes. Para 2023, passou de 5,75% para 5,50%, ante 6,00% de quatro semanas atrás.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central se reúne nesta semana. Todas as 48 instituições consultadas pelo Projeções Broadcast esperam manutenção da taxa Selic no nível de 2,0%.

No início de agosto, ao cortar a Selic de 2,25% para

2,00% ao ano, o colegiado informou que "a conjuntura econômica continua a prescrever estímulo monetário extraordinariamente elevado, mas reconhece que, devido a questões prudenciais e de estabilidade financeira, o espaço remanescente para utilização da política monetária, se houver, deve ser pequeno".

Em função disso, conforme o BC, "eventuais ajustes futuros no atual grau de estímulo ocorreriam com gradualismo adicional e dependerão da percepção sobre a trajetória fiscal, assim como de novas informações que alterem a atual avaliação do Copom sobre a inflação prospectiva."

No grupo dos analistas que mais acertam as projeções de médio prazo no Focus ((Top 5), a mediana da taxa básica em 2020 foi de 1,88% para 2,00% ao ano, ante 1,88% de um mês antes. No caso de 2021, permaneceu em 2,00% ao ano, igual a quatro semanas atrás.

A projeção para o fim de 2022 no Top 5 foi de 4,25% para 4,00%. Há um mês, estava em 4,50%. No caso de 2023, foi de 5,75% para 5,00%, ante 5,75% de quatro semanas antes.

Estadão Conteúdo

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

## Focus: projeção do PIB de 2020 passa de queda de 5,31% para recuo de 5,11%



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os economistas do **mercado** financeiro voltaram a reduzir suas projeções para o ritmo de retração do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020. Conforme o Relatório de Mercado Focus divulgado nesta segunda-feira, 14, a expectativa para a **economia** este ano passou de retração 5,31% para queda de 5,11%. Há quatro semanas, a estimativa era de baixa de 5,52%.

Para 2021, o **mercado** financeiro manteve a previsão do PIB em alta de 3,50%. Quatro semanas atrás, o número estava no mesmo patamar.

No Focus agora divulgado, a projeção para a produção industrial de 2020 foi de baixa de 6,38% para queda de 6,90%. Há um mês, estava em baixa de 7,68%. No caso de 2021, a estimativa de crescimento da produção industrial passou de 5,33% para 5,50%, ante 5,42% de quatro semanas antes.

A pesquisa Focus mostrou ainda que a projeção para o indicador que mede a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB para 2020 passou de 67,00% para

67,50%. Há um mês, estava em 67,25%. Para 2021, a expectativa foi de 69,83% para 69,95%, ante 69,65% de um mês atrás.

### Déficit primário

O Relatório de Mercado Focus trouxe, ainda, alteração na projeção para o resultado primário do governo em 2020. A relação entre o déficit primário e o PIB este ano foi de 11,70% para 12 00%. No caso de 2021, foi de 2,60% para 2,80%. Há um mês, os percentuais estavam em 11,73% e 2,80%, respectivamente.

Já a relação entre déficit nominal e PIB em 2020 passou de 15 00% para 15,30%, conforme as projeções dos economistas do **mercado** financeiro. Para 2021, passou de 6,25% para 6,50%. Há quatro semanas, estas relações estavam em 15,00% e 6,35%, nesta ordem.

O resultado primário reflete o saldo entre receitas e despesas do governo, antes do pagamento dos **juros** da dívida pública. Já o resultado nominal reflete o saldo já após as despesas com **juros**.

Os avanços nas projeções nos últimos meses refletem a expectativa de que, com o aumento das despesas do governo durante a pandemia do novo coronavírus, o País terá um cenário fiscal ainda mais difícil.

### Balança comercial

Os economistas do **mercado** financeiro alteraram a projeção para a balança comercial em 2020 na pesquisa Focus, de superávit comercial de US\$ 55,00 bilhões para US\$ 55,15 bilhões. Um mês atrás, a previsão era de US\$ 55,00 bilhões. Para 2021, a estimativa de superávit foi de US\$ 53,35 bilhões para US\$ 53,40 bilhões. Há um mês, estava em US\$ 52,75 bilhões.

No caso da conta corrente do balanço de pagamentos, a previsão contida no Focus para 2020 foi de déficit de

US\$ 8,10 bilhões para US\$ 7,50 bilhões, ante US\$ 7,75 bilhões de um mês antes. Para 2021, a projeção de rombo passou de US\$ 15,60 bilhões para US\$ 15,10 bilhões. Um mês atrás, o rombo projetado era de US\$ 15 60 bilhões.

Para os analistas consultados semanalmente pelo BC, o ingresso de Investimento Direto no País (IDP) será suficiente para cobrir o resultado deficitário nestes anos. A mediana das previsões para o IDP em 2020 seguiu em US\$ 55,00 bilhões. Há um mês, estava em US\$ 51,25 bilhões. Para 2021, a expectativa foi de US\$ 65,48 bilhões para US\$ 66,48 bilhões, ante US\$ 65,96 bilhões de um mês antes.

Estadão Conteúdo

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN -  
ECONOMIA

## [OPINIÃO] 'O papel da Petrobras não cabe em uma planilha'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A decisão da atual direção da Petrobras de concentrar as operações no pré-sal é um risco para a maioria dos estados, para os interesses estratégicos do País e para a própria empresa.

À exceção do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde se concentram as operações de extração de petróleo mais relevantes, esse plano da companhia significa um impacto brutal sobre a **economia** dos estados, notadamente do Norte e do Nordeste, de onde a empresa pretende se retirar.

Para o País, significa tornar letra morta todo o esforço para a conquista da autossuficiência em petróleo, que não é um título para pendurar na parede, mas uma condição essencial à soberania energética.

Para a empresa, redundaria no risco permanente de se circunscrever a apenas um tipo de operação (o offshore), um tipo de ambiente (as águas profundas) e em uma única formação geológica (o pré-sal).

É uma estratégia perigosa para uma petroleira e um movimento imprudente para uma empresa que tem o

que tantas outras almejam, a diversidade de frentes de atuação.

Para exemplificar o impacto da estratégia da Petrobras nas economias regionais, cito o caso do meu estado, o Rio Grande do Norte, onde a cadeia produtiva do petróleo e gás representa atualmente 45% do Produto Interno Bruto industrial, mesmo com a desaceleração das atividades da estatal.

A missão da Petrobras é abastecer o Brasil, é chegar aonde for necessário - não apenas onde esteja o lucro. Deixar a maior parte do País desassistida é um atentado contra essa missão, que está estabelecida em lei

A especificidade dos processos necessários à operação no sertão e no semiárido exige um grau de sofisticação tecnológica que não está ao alcance de qualquer empreendedor do ramo petrolífero.

Cito as operações em Alto do Rodrigues, um dos quatro municípios que mais arrecadam royalties com a extração do petróleo no Rio Grande do Norte. Mas isso requer um modelo de extração com características muito específicas, com injeção de vapor para aquecer o óleo endurecido.

Este é apenas um caso comprovador de que o vácuo criado com a retirada da Petrobras não será preenchido com a entrada de empresas privadas, pois a maioria delas não tem capacidade tecnológica para fazer frente a esses desafios.

A petroleira, hoje, ainda transita em diversos ambientes operacionais. Atua na selva, no sertão, em águas rasas, no xisto betuminoso e poderia estar atuando no gás de xisto. Está baseada na Amazônia, no Nordeste, no Sudeste e no Sul.

Pode perfeitamente continuar a distribuir suas atividades, sem prejuízo da capacidade de concentrar mais investimentos na fatia mais lucrativa, que é o pré-

sal.

A ideia de concentrar a atuação da Petrobras no Sudeste e no pré-sal baseia-se na concepção equivocada de que a empresa deve atender, primordialmente, seus acionistas, como se não fosse ela uma estatal e uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento do País.

Estatais são construídas com o esforço de gerações de um povo para cumprir missões essenciais. A missão da Petrobras é abastecer o Brasil, é chegar aonde for necessário - não apenas onde esteja o lucro. Deixar a maior parte do País desassistida é um atentado contra essa missão, que está estabelecida em lei.

É atirar a vasta maioria do território nacional ao risco permanente de crises agudas de abastecimento, à mercê das oscilações do **mercado** internacional, sobre as quais não temos controle.

Tomemos como exemplo três refinarias que estão à venda, a Landulpho Alves, na Bahia, a Abreu e Lima, em Pernambuco, e a Isaac Sabbá, no Amazonas.

A Refinaria Landulpho Alves é a principal fornecedora do Polo Petroquímico de Camaçari. A Refinaria Abreu e Lima é a grande fornecedora de diesel para o Nordeste. A Refinaria de Manaus é responsável pelo abastecimento de combustíveis em grande parte da Região Norte.

Privatizadas essas refinarias, em um processo no qual não se faz qualquer exigência aos compradores, quem garante que elas continuarão a suprir esses mercados e a dar suas contribuições às economias locais?

Os novos donos terão carta-branca para produzir como e para quem quiser. Ou até mesmo para fechar essas plantas, o que seria excelente para os importadores de combustíveis e uma tragédia para o Brasil.

Também não custa lembrar que, sem uma Petrobras nacional, o Brasil perde a capacidade de fazer política de preços voltada para a estabilidade interna, como

ocorria nos governos do PT, dando um mínimo de segurança ao setor produtivo, que depende dos preços do frete e de petroquímicos, entre outros.

São riscos graves assumidos pelo governo Bolsonaro e pela atual direção da Petrobras. O liberalismo gosta da ousadia de 'matar no peito'. Mas não cabe a um governo, que vai passar, nem a executivos que, circunstancialmente, assumam a gestão de um patrimônio público da magnitude da Petrobras uma decisão desse quilate. Instrumentos para a construção do futuro não devem servir de adereços em aventuras.

Por isso defendo a obrigatoriedade de uma autorização do Congresso para a venda de ativos da Petrobras e outras estatais. Minha defesa do patrimônio público não desconhece a contribuição do setor privado ao desenvolvimento do Brasil. Trabalhei como consultor e fui coautor técnico da Lei 9478/97, que regulou a entrada de investidores privados no setor de petróleo. Mas é exatamente por estudar e apoiar essa presença privada no setor que alerto para suas limitações e para sua estranheza à missão estratégica da estatal.

O papel da Petrobras não cabe em uma planilha.

\*Economista e senador pelo PT-RN

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

## Atividade econômica cresce 2,15% em julho, informa Banco Central



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A atividade econômica registrou três meses seguidos de crescimento. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) apresentou em julho expansão de 2,15%, segundo dados divulgados hoje (14) pelo Banco Central (BC).

Nos meses anteriores, em maio e junho, também houve crescimento: 1,86% e 5,32%, respectivamente, de acordo com dados revisados pelo BC. Em março, início das medidas de isolamento social necessárias para o enfrentamento da pandemia de covid-19, o IBC-Br caiu 5,89%. Em abril, foi registrada a pior queda: 9,37%. Esses resultados são dessazonalizados, ou seja, ajustados para o período.

Na comparação com julho de 2019, houve queda de 4,89% (sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais). Em 12 meses encerrados em julho, o indicador teve retração de 2,90%. No ano, o IBC-Br registrou queda de 5,77%.

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica brasileira e ajuda o BC a tomar decisões sobre a taxa básica de **juros**, a Selic.

O índice incorpora informações sobre o nível de atividade dos três setores da **economia**: indústria, comércio e serviços e agropecuária, além do volume de impostos.

No entanto, o indicador oficial sobre o desempenho da **economia** é o Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para o **mercado** financeiro, o PIB deve registrar queda de 5,11%, em 2020.

\*Fonte: Agência Brasil

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

## Bolsonaro veta parte do perdão a dívidas tributárias de igrejas - Rádio 98 FM Natal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente Jair Bolsonaro decidiu vetar, parcialmente, uma proposta aprovada no Congresso que perdoava dívidas tributárias de igrejas. A lei foi publicada na edição desta segunda-feira (14) do 'Diário Oficial da União'.

O texto foi aprovado pelo Congresso Nacional mas, com o veto parcial, nem tudo entrará em vigor. O projeto previa, para as igrejas:

isenção do pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). anistia das multas recebidas por não pagar a CSLL. anistia das multas por não pagamento da contribuição previdenciária.

Desses três pontos, Bolsonaro manteve apenas o item 3. Os outros dois foram vetados porque, segundo o governo, a sanção poderia ferir regras orçamentárias constitucionais.

Em material divulgado na noite deste domingo (13), o governo afirma que o presidente Jair Bolsonaro 'se

mostra favorável à não tributação de templos de qualquer religião'.

Segundo a Secretaria-Geral da Presidência, no entanto, o projeto teria 'obstáculo jurídico incontornável, podendo a eventual sanção implicar em crime de responsabilidade do Presidente da República'.

Esse perdão tinha sido incluído em um projeto de lei sobre outro tema, não relacionado a igrejas e templos. O trecho foi sugerido pelo deputado David Soares (DEM-SP), filho do religioso RR Soares, sob a justificativa de que o pagamento de **tributos** penaliza os templos.

Em uma publicação em rede social, na noite deste domingo, Jair Bolsonaro defendeu que o próprio veto seja derrubado no Congresso Nacional.

Isso porque segundo o presidente, ao contrário dele, os parlamentares não teriam que se preocupar com as implicações jurídicas e orçamentárias de seus votos.

'Por força do art. 113 do ADCT, do art. 116 da Lei de Diretrizes Orçamentárias e também da Responsabilidade Fiscal sou obrigado a vetar dispositivo que isentava as Igrejas da contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL), tudo para que eu evite um quase certo processo de impeachment', diz Bolsonaro na postagem.

'Confesso, caso fosse Deputado ou Senador, por ocasião da análise do veto que deve ocorrer até outubro, votaria pela derrubada do mesmo', prossegue.

'O Art 53 da CF/88 diz que 'os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos'. Não existe na CF/88 essa inviolabilidade para o Presidente da República no caso de 'sanções e vetos', diz o presidente.

Bolsonaro afirma na postagem que deverá encaminhar ao Congresso ainda nesta semana uma proposta de Emenda à Constituição (PEC) com 'uma possível solução para estabelecer o alcance adequado para a a imunidade das igrejas nas questões tributárias'.

O post não detalha qual seria essa solução.

De acordo com a Secretaria-Geral da Presidência, Bolsonaro sancionou o item que 'confirma e reforça' que pagamentos feitos pelas igrejas a ministros e membros das congregações não são considerados remuneração. Isso significa que eles não estão sujeitos à contribuição previdenciária.

O governo defende que isso já estava estabelecido na Lei 8.212, de 1991, e que o novo texto apenas reforça esse entendimento. Com isso, segundo o Planalto, a Receita Federal poderá anular multas que tenham sido aplicadas por esse motivo.

O parágrafo citado pelo governo foi incluído na lei em 2000 e diz:

§ 13. Não se considera como remuneração direta ou indireta, para os efeitos desta Lei, os valores despendidos pelas entidades religiosas e instituições de ensino vocacional com ministro de confissão religiosa, membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa em face do seu mister religioso ou para sua subsistência desde que fornecidos em condições que independam da natureza e da quantidade do trabalho executado.

Ao defender o veto total ao perdão das dívidas, o Ministério da **Economia** indicou que igrejas e templos acumulam, entre outras pendências, R\$ 868 milhões em débitos previdenciários.

O parecer da área econômica não esclarece se, da forma como foi sancionada, a nova lei dá anistia a todo esse valor.

Nesta semana, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), órgão ligado ao Ministério da

**Economia**, recomendou ao governo, em parecer, o veto ao perdão de dívidas tributárias das igrejas.

'Não parece ser possível ao legislador, diante do princípio da isonomia e da capacidade contributiva, que desonere ou renuncie à receitas públicas sem estar albergado em valores de envergadura constitucional, que parecem não se mostrarem presentes no caso', afirmou o órgão no parecer.

Atualmente, a lei prevê que somente a prebenda (remuneração paga ao líder religioso, como o pastor), seja isenta da contribuição. A legislação não trata especificamente das pessoas que atuam em outras funções nas igrejas - e que, em tese, estão sujeitas à contribuição previdenciária.

Os defensores da anistia e da isenção da CSLL argumentam que igrejas são livres do pagamento de impostos no Brasil.

No entanto, para o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores da Receita (Sindifisco Nacional), Kléber Cabral, a contribuição sobre o lucro incide sobre atividades que as igrejas executam e que não fazem parte da finalidade original dos templos religiosos.

'Algumas igrejas se organizaram como verdadeiras empresas, acabam tendo outras atividades que muitas vezes não estão relacionadas à atividade da igreja e envolvendo as pessoas responsáveis pela condução da igreja, pastores, missionários etc. Essas outras rendas devem ser tributadas, aí que aparece a contribuição social sobre lucro líquido', afirma.

'A princípio, a igreja não tem lucro e não haveria razão pra ela pagar a Contribuição Social sobre Lucro Líquido. Mas as autuações, quando ocorrem, é quando há desvio de finalidade na atividade da igreja', diz.

Para o Sindifisco, a proposta causaria uma 'perda na arrecadação de centenas de milhões de reais por ano', e a conta acabaria 'sobrando para o restante da sociedade'.

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN -  
ECONOMIA

## Retomada de atendimento presencial do INSS tem filas e reclamações pelo país - Rádio 98 FM Natal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começou a retomar, nesta segunda-feira (14), o atendimento presencial em parte de suas agências, depois de mais de 5 meses de portas fechadas por causa da pandemia de coronavírus.

Os médicos peritos, no entanto, decidiram não retomar as atividades, e todas as perícias médicas agendadas foram suspensas. Segundo o INSS, os segurados precisam fazer a remarcação pelo Meu INSS ou pelo telefone 135.

Em diversos locais do país, a reabertura vem acompanhada por filas e reclamações.

No Rio Grande do Norte, sete agências do INSS reabriram nesta segunda. Quem tinha perícia médica agendada, no entanto, voltou para casa sem atendimento. Isso porque, segundo a gerente executiva do órgão em Natal, Elaine Baumgarten, os médicos não retornaram ao trabalho.

'O cancelamento foi feito pela Subsecretaria de Perícia Médica Federal. Eles não autorizaram o retorno dos peritos médicos federais e por isso nós tivemos o cancelamento das perícias que estavam agendadas nessas agências. Assim que a perícia médica federal for autorizada a retomar os serviços, a gente vai estar reagendando esse segurado sem nenhum prejuízo pra ele', disse a gerente.

O objetivo da medida, segundo o INSS, é evitar aglomerações dentro e fora das agências. O agendamento deve ser feito pelo Meu INSS ou pelo telefone 135. O INSS também pede que os segurados não cheguem com muita antecipação ao horário marcado, para evitar aglomerações.

Ao realizar o agendamento, o segurado será orientado em relação à agência onde será atendido.

Quem for às agências deverá usar máscaras e será ter a sua temperatura medida antes de entrar no local.

Se a temperatura estiver dentro da normalidade (menor que 37,5°C), o funcionário deverá orientar o segurado sobre:

a necessidade do uso de álcool em gel para higienização das mãos; importância de manter o distanciamento mínimo de 1 metro entre as pessoas; e a obrigatoriedade o uso de máscara durante todo o período em que permanecer nas dependências do INSS. Se o segurado estiver usando máscara úmida, suja ou rasgada, deverá receber uma máscara descartável.

Os servidores, empregados públicos, contratados temporários, estagiários, terceirizados e colaboradores deverão usar Equipamentos de Proteção Individual para realização das suas atividades.

Se a temperatura se mantiver indicativa de febre (mais

que 37,5°C), o acesso do segurado será negado e ele será orientado a procurar uma unidade de saúde ou um médico. O funcionário deverá ainda orientar o cidadão a realizar o reagendamento do serviço pelos canais remotos.

Segundo o INSS, estão disponíveis para atendimento presencial os serviços de:

perícia médica (somente a partir de nova avaliação dos locais de atendimento); avaliação social; cumprimento de exigência; justificativa administrativa ou judicial; e reabilitação profissional.

Solicitações de aposentadoria, pensão, **salário** maternidade, continuam sendo feitos remotamente.

De acordo com o INSS, o atendimento presencial está sendo retomado devido a uma forte demanda relativa a cumprimento de exigências por parte do segurado. Esses pedidos são aqueles em que é verificada a necessidade de outros documentos para concessão do benefício.

O INSS tem hoje 906 mil requerimentos em exigência, aqueles que dependem de informação complementar.

No país, existem 1.525 agências da Previdência Social. Segundo o INSS, antes da reabertura, cada unidade irá avaliar o perfil do quadro de servidores e contratados, o volume de atendimentos realizados, a organização do espaço físico, as medidas de limpeza e os equipamentos de proteção individual e coletiva.

Segundo o INSS, as unidades que não reunirem as condições necessárias para atender ao cidadão de forma segura continuarão em regime de plantão reduzido e será disponibilizado um painel eletrônico contendo informações sobre o funcionamento das agências da Previdência Social, os serviços oferecidos e o horário de funcionamento.

Segue suspensa, até 30 de setembro, a exigência de recadastramento anual de aposentados e pensionistas, a chamada prova de vida, de acordo com instrução

normativa do Ministério da **Economia**. A partir de 1º de outubro, os segurados deverão buscar a agência onde recebem o benefício para atender à exigência.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

## Projeto de mentoria incentiva e orienta empresas do RN a reverter cenário de crise



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A pandemia de Covid-19 mexeu com a **economia** do planeta e, segundo a Organização Mundial do Trabalho (OIT), uma agência da ONU, trouxe como consequência a maior crise no **mercado** de trabalho, desde a Segunda Guerra Mundial, com 1.250 milhões de trabalhadores em risco de demissão ou redução de **salário**.

Pensando em prestar assistência a essas empresas, que buscam diariamente reverter a crise por meio de ações emergenciais, como: cortes de custos, despesas, redução de pessoal, reduzindo **salário** de equipes (por conta do modelo de trabalho home office), entre outras, a empresa Luciana Fontes e Eventos, firmou parceria com Pablo Farias, empresário da Loucos por Coxinha, e criou um programa de mentoria empresarial desenvolvido para atender e acelerar as empresas locais do Rio Grande do Norte, o mentorando.com.

A mentoria é um trabalho que ajuda os gestores a tomar as melhores decisões, a lidar com os momentos de crise que surgem, a enxergar oportunidades, ainda que

em um cenário de adversidades. Considerado um exemplo de gestor, por sua experiência à frente do Loucos por Coxinha, Pablo Farias foi convidado para ser o mentor. 'Será um momento para lidar com uma realidade em que o empresário precisa de orientações e conselhos empresariais objetivos', explica Pablo.

Na oportunidade, o mentorado discutirá principalmente sobre os desafios que está enfrentando e receberá por parte do mentor, todo o suporte de que necessita, não apenas para o sucesso de sua empresa, mas também, para o seu sucesso pessoal, como profissional. A mentoria empresarial online nesse cenário de pandemia, em que muitas empresas estão com medo em relação ao futuro do negócio, é muito útil para apontar os caminhos que se deve tomar agora, antes que o problema econômico se agrave.

A Mentoria presencial já tem data para ocorrer e será nos dias, 28 de setembro e 05 de outubro, na fábrica da empresa Loucos por Coxinha, no Bairro do Alecrim, das 19h às 22h.

Já a mentoria on line acontecerá nos dias 30 de setembro e 08 de outubro, das 20h às 22h.

O programa promete movimentar o meio empresarial do Estado com a promessa de ajudar as empresas a desenvolverem ou fortalecerem os seus modelos de negócios.

Todo o programa será desenvolvido em formato seriado, ou seja, pequenas temporadas, nas quais cada uma delas terá um mentor empresário, que passará toda a sua experiência empresarial. As mentorias serão realizadas em encontros presenciais, virtuais e individuais. Os presenciais serão realizados seguindo as medidas de higiene e segurança, estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

Os encontros contam com a organização e produção da

empresa Luciana Fontes e Eventos, especializada em gestão dos principais eventos da cidade do Natal, sob o comando da empresária, Luciana Fontes.

Luciana Fontes fala como nasceu o projeto. ' A ideia é promover uma aceleração nos negócios das empresas locais. Escolhemos a empresa Loucos por Coxinha por ter uma história inspiradora e ser referência no meio empresarial, por sua história de sucesso e por ser uma empresa genuinamente potiguar', destaca a idealizadora do projeto.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

## Bolsonaro veta parte de perdão a igrejas, mas estimula derrubada do próprio veto



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Tatiana Alcantara

Foto: Marcos Corrêa/PR

O presidente Jair Bolsonaro vetou parte do perdão a dívidas de igrejas, que foi aprovado anteriormente pelo Congresso Nacional. A anistia das dívidas enfrentava resistência da equipe econômica e também foi desaconselhada pelos assessores jurídicos do presidente, que alertaram para o risco de crime de responsabilidade, o que poderia abrir brecha para um eventual processo de impeachment.

A Secretaria-Geral da Presidência da República afirmou, em nota, que o presidente apoia a não tributação de templos e que, apesar dos vetos, o governo irá propor 'instrumentos normativos a fim de atender a justa demanda das entidades religiosas'. 'Embora se reconheça a boa intenção do legislador, alguns dispositivos não atenderam as normas orçamentário-financeiras e o regramento constitucional do regime de precatório, razão pela qual houve a

necessidade da aplicação de vetos', diz a nota.

'Quanto aos pontos específicos das entidades religiosas e templos de qualquer denominação, o presidente Jair Bolsonaro se mostra favorável à não tributação de templos de qualquer religião, porém a proposta do projeto de lei apresentava obstáculo jurídico incontornável, podendo a eventual sanção implicar em crime de responsabilidade do Presidente da República', afirmou a Secretaria-Geral da Presidência. O documento, no entanto, não cita nem explica quais seriam esses 'instrumentos normativos'.

O presidente se pronunciou na noite deste domingo (13) nas redes sociais. 'Confesso, caso fosse deputado ou senador, por ocasião da análise do veto que deve ocorrer até outubro, votaria pela derrubada do mesmo', disse Bolsonaro.

Outro trecho da lei, no entanto, foi sancionado por Bolsonaro e pode permitir aos templos religiosos maior margem de manobra no acerto de contas com a Receita Federal.

Bolsonaro já havia sinalizado o veto parcial a integrantes da bancada evangélica em reunião na última quarta (9). Também participaram daquele encontro o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, e o secretário especial da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto.

Embora tenha dito que pessoalmente concordava com o perdão e queria sancionar a medida, Bolsonaro demonstrou receio em cometer crime de responsabilidade.

CSLL

As igrejas contam com imunidade constitucional contra a cobrança de impostos, mas a proteção não alcança contribuições como a CSLL (sobre o lucro líquido) e a previdenciária.

Nos últimos anos, a Receita Federal identificou manobras dos templos para distribuir lucros e remuneração variável de acordo com o número de fiéis sem o devido pagamento desses **tributos**, burlando as normas tributárias.

A medida aprovada pelo Congresso Nacional pretendia, por meio de uma lei ordinária, estender a imunidade constitucional das igrejas à cobrança da CSLL e ainda anular dívidas passadas.

Outro dispositivo almejava anistiar multas e outras cobranças aplicadas sobre a prebenda, como é chamada a remuneração dos pastores e líderes do ministério religioso.

Bolsonaro vetou o primeiro dispositivo, que trata da CSLL, para afastar qualquer eventual violação à Constituição. Mas o presidente sancionou o artigo sobre a prebenda, de caráter mais interpretativo.

Após estimativas iniciais apontarem o risco de desfalque de R\$ 1 bilhão aos cofres da União caso os dois artigos fossem sancionados, cálculos atualizados da área econômica mostraram um prejuízo potencial de até R\$ 2,9 bilhões.

Com a sanção do artigo sobre a prebenda, o risco seria de R\$ 1,1 bilhão. Mas a avaliação na área econômica é que o dispositivo foi mal redigido e dá margem para que a Receita Federal siga na briga pela cobrança dos débitos.

Isso porque o projeto só interpretou uma norma vigente, que, segundo esses técnicos, já era seguida à risca pelo Fisco.

A percepção na área econômica é que os templos usarão a norma sancionada para tentar reabrir a discussão jurídica, que hoje já está na fase de execução de bens dessas igrejas, para tentar pleitear a anulação, mas não necessariamente terão sucesso na disputa.

Para evitar a judicialização, a equipe econômica havia

recomendado veto total às medidas, mas precisou ir para a mesa de negociação diante do desejo do Palácio do Planalto em fazer um aceno à bancada evangélica, que é um importante pilar de sustentação do governo.

'Nesse contexto, o artigo 9º não caracteriza qualquer perdão da dívida previdenciária, apenas permite que a Receita Federal anule multas que tenham sido aplicadas contrariando a Lei nº 13.137', diz a nota da Secretaria-Geral.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

## Mercado melhora previsão e passa a prever tombo de 5,11% no PIB de 2020



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: rodrigomatoso

Os economistas do **mercado** financeiro melhoraram sua estimativa para a queda do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, que passou de 5,31% para 5,11%.

A expectativa faz parte do boletim de **mercado**, conhecido como relatório 'Focus', divulgado nesta segunda-feira (14) pelo Banco Central (BC). Os dados foram levantados na semana passada em pesquisa com mais de 100 instituições financeiras.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da **economia**.

A expectativa para o nível de atividade foi feita em meio à pandemia do novo coronavírus, que tem derrubado a **economia** mundial e colocado o mundo no caminho de uma recessão. Nas últimas semanas, porém, indicadores têm mostrado o início de uma retomada da **economia** brasileira.

No mês passado, o governo brasileiro manteve a expectativa de queda de 4,7% para o PIB de 2020.

O Banco Mundial prevê uma queda de 8% no PIB brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI) estima um tombo de 9,1% em 2020.

Em 2019, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB cresceu 1,1%. Foi o desempenho mais fraco em três anos. Nos três primeiros meses de 2020, foi registrada uma retração de 1,5% na **economia** brasileira.

Para 2021, a expectativa do **mercado** financeiro de crescimento do PIB foi mantida em 3,50%.

Inflação abaixo de 2%

Segundo o relatório divulgado pelo BC nesta segunda-feira, os analistas do **mercado** financeiro elevaram a estimativa de inflação para 2020 de 1,78% para 1,94%. Foi a quinta alta seguida do indicador.

A expectativa de inflação do **mercado** para este ano segue abaixo da meta central, de 4%, e também do piso do sistema de metas, que é de 2,5% em 2020.

Pela regra vigente, o IPCA pode oscilar de 2,5% a 5,5% sem que a meta seja formalmente descumprida. Quando a meta não é cumprida, o BC tem de escrever uma carta pública explicando as razões.

A meta de inflação é fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a taxa básica de **juros** da **economia** (Selic).

Para 2021, o **mercado** financeiro subiu de 3% para 3,01% sua previsão de inflação. No ano que vem, a meta central de inflação é de 3,75% e será oficialmente cumprida se o índice oscilar de 2,25% a 5,25%.

## Taxa básica de **juros**

Após a queda para a mínima histórica de 2% ao ano no começo de agosto, o **mercado** segue prevendo manutenção da taxa básica de **juros** da **economia**, a Selic, neste patamar até o fim deste ano.

Para o fim de 2021, a expectativa do **mercado** passou de 2,88% para 2,50% ao ano. Isso quer dizer que os analistas seguem estimando alta dos **juros** no ano que vem, embora em menor intensidade.

## Outras estimativas

Dólar: a projeção para a taxa de câmbio no fim de 2020 permaneceu em R\$ 5,25. Para o fechamento de 2021, ficou estável em R\$ 5 por dólar.

Balança comercial: para o saldo da balança comercial (resultado do total de exportações menos as importações), a projeção em 2020 subiu de US\$ 55 bilhões para US\$ 55,15 bilhões de resultado positivo. Para o ano que vem, a estimativa dos especialistas do **mercado** avançou de US\$ 53,35 bilhões para US\$ 53,40 bilhões de superávit.

Investimento estrangeiro: a previsão do relatório para a entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil, em 2020, continuou em US\$ 55 bilhões. Para 2021, a estimativa subiu de US\$ 65,48 bilhões para US\$ 66,48 bilhões.

G1

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA



## União pode quebrar se forem criados novos fundos, diz Guedes - Rádio 98 FM Natal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ministro da **Economia**, Paulo Guedes, afirmou hoje (14) que a União pode quebrar se forem criados novos fundos, bancados pelo governo federal, para compensar estados e municípios por perdas de receitas geradas com a reforma tributária, em tramitação no Congresso Nacional. A afirmação foi feita no evento virtual 'A visão municipalista sobre a Reforma Tributária', organizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Segundo o ministro, a União deve dividir recursos com estados e municípios, mas não pode oferecer garantia de arrecadação. Ele afirmou que seria um assalto às gerações futuras garantir repasses a estados e municípios, ampliando o endividamento do governo federal ao longo dos anos. 'Tem havido muitas sugestões de fazermos um fundo de estabilização das receitas. Eu acho muito imprudente', disse.

Guedes destacou que foram gastos o equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) com as medidas de enfrentamento da pandemia da covid-19. O PIB é a soma de tudo o que é produzido no país. 'Se

anunciarmos que estamos criando fundos, bancados pela União, para garantir outros 8% do PIB, o Brasil terá dramáticos problemas de sustentabilidade fiscal. A União pode quebrar e vai faltar dinheiro para todo mundo porque vamos entrar em uma rota de implosão fiscal. Estamos fazendo todo nosso esforço a beira de um vulcão. Temos que ter muita responsabilidade fiscal', argumentou.

O ministro também defendeu que os gastos gerados pela pandemia sejam pago pela atual geração, com recursos da exploração de petróleo e privatizações. 'A União não pode vergar, sob o risco de quebrar, a pretexto de ajudarmos os contemporâneos. Isso seria uma covardia da nossa geração, uma falta de coragem de nós mesmos pagarmos essa luta contra o coronavírus. Se estamos tendo essa feroz luta pela saúde dos brasileiros e pela preservação dos nossos empregos, a nossa geração tem que enfrentar isso', disse.

De acordo com o ministro, com as medidas de enfrentamento da pandemia, o governo conseguiu proteger empregos, dar auxílio a brasileiros em situação de vulnerabilidade, e garantir recursos para a saúde. 'Os hospitais hoje têm leitos. Nenhum brasileiro está perdendo a saúde por falta de leitos' disse. Mas ele reforçou que esses gastos foram para uma situação emergencial e que é preciso manter a responsabilidade fiscal.

Guedes disse ainda que o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) demanda R\$ 250 bilhões e o acordo sobre a compensação das perdas geradas pela Lei Kandir, que isentou as exportações da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), mais R\$ 50 bilhões. 'Ninguém deu mais prova de ser federalista e de ajudar estados e municípios do que este governo. Mas nós precisamos ter juízo porque não é um saco

sem fundo', destacou.

Guedes disse que o governo federal gostaria de uma reforma tributária ampla, com participação da União, estados e municípios, mas respeita a decisão dos prefeitos de aderir ou não à fusão dos impostos. 'Gostaríamos que estivéssemos todos juntos. Apoiamos a reforma ampla mas também apoiamos a decisão do prefeito. Ele decide se quer vir e quando vem acoplar à nossa contribuição sobre bens e serviços. É claro que o Legislativo pode olhar isso diferente', disse.

Em julho, foi entregue a primeira parte da proposta da reforma tributária do governo federal que prevê a unificação de dois impostos federais, o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e a Contribuição sobre o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Os dois **tributos** serão extintos para dar lugar à Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), com alíquota única de 12%. O governo ainda pretende enviar outras partes da reforma.

Segundo o ministro, com a reforma o governo federal quer reduzir e simplificar alíquotas de **tributos**. 'Vamos simplificar e reduzir algumas alíquotas, por exemplo, para as empresas que criam empregos e inovam e atendem a grande massa de trabalhadores brasileiros. Vamos aumentar impostos sobre dividendos, que são as pessoas que têm capacidade de pagamento; reduzir das empresas', afirmou.

Guedes disse ainda que se for criado um imposto será possível eliminar outros '6, 7 ou 8'. 'Quando todos pagam, pagamos menos' disse. O ministro tem defendido a criação de um imposto sobre transações digitais para compensar a desoneração da folha de pagamentos.

Para o ministro, a pandemia deixou duas lições 'extraordinárias'. Uma delas é o poder de decisão da classe política de decidir para onde direcionar os recursos públicos. E a segunda é a ineficiência da indexação dos gastos com saúde e educação. 'A classe política tem capacidade de decidir ano a ano os

aumentos de gastos que tem a fazer. É um dever da classe política não se omitir. A essência da política é decidir onde colocar o dinheiro', disse.

Também no evento organizado pela CNM, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, disse que a reforma tributária vai gerar justiça social e melhorar o ambiente de negócios no país. Segundo ele, a maior parte dos **tributos** são recolhidos pela União, enquanto a prestação de serviços à população fica com os municípios. 'A reforma tributária vem na linha de organizar os cinco **tributos** sobre bens e serviços - IPI, PIS/Cofins, ICMS e ISS. Isso garantido que a base passa a ser de todos - os municípios, estados e União, cada um com sua alíquota', afirmou.

Maia criticou a proposta de Guedes de criar o imposto sobre transações digitais. 'Agora voltou a discussão da CPMF. Além de o imposto ser muito ruim, ainda vai se pensar em um imposto que vai concentrar todas as suas receitas na União. Mais uma vez gerando distorções. Ainda bem que tem poucas chances de a CPMF ser recriada, pelo menos neste ano que eu estou na presidência da Câmara', disse. Ele considera o imposto regressivo, por tributar mais a 'população mais simples em detrimento da elite brasileira'.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA DEFENDE QUE APOSENTADOS FIQUEM DOIS ANOS SEM AUMENTO - Blog de Daltro Emerenciano



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O secretário Especial de Fazenda do Ministério da **Economia**, Waldery Rodrigues, disse que a equipe econômica do governo federal defende que benefícios previdenciários, como aposentadorias e pensões, sejam desvinculadas do **salário** mínimo. A informação consta em entrevista do secretário ao G1.

Na prática, isso congelaria os benefícios, deixando-os sem reajustes. Esse congelamento abriria espaço no Orçamento para financiar o programa Renda Brasil, que o governo planeja lançar no lugar do Bolsa Família. Rodrigues explicou que seriam congeladas tanto as aposentadorias no valor de um **salário** mínimo quanto as mais altas, por um período de dois anos.

'A desindexação que apoiamos diretamente é a dos benefícios previdenciários para quem ganha um **salário** mínimo e acima de um **salário** mínimo, não havendo uma regra simples e direta [de correção]. O benefício hoje sendo de R\$ 1.300, no ano que vem, ao invés de ser corrigido pelo INPC, ele seria mantido em R\$ 1.300. Não haveria redução, haveria manutenção', disse.

O secretário confirmou que a ideia está sendo debatida com os ministérios da Casa Civil e da Cidadania, mas disse que o governo ainda não fechou nenhuma decisão sobre o tema.

Atualmente, os valores de aposentadorias e pensões são reajustados de acordo com o **salário** mínimo, ou seja, anualmente. Como a Constituição determina o reajuste do **salário** mínimo pelo menos pela inflação, os benefícios também são reajustados pelo menos pela inflação. As aposentadorias de maior valor seguem outra regra.

Caso a proposta siga adiante e seja aprovada, todas as aposentadorias seriam congeladas no valor atual.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

## PIB do coronavírus



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Luiz Antônio Felipe

laf@tribunadonorte.com.br

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), diz que a maioria das economias do G-20 teve contração recorde do PIB no 2º trimestre. O documento mostra um recuo inédito de 6,9% entre abril e junho ante os três primeiros meses do ano, bem maior do que o declínio de 1,6%, no primeiro trimestre de 2009, quando a crise financeira mundial estava no pico. Em relação ao mesmo período de 2019, o PIB do G-20 encolheu 9,1% no segundo trimestre. A França foi um dos países cuja **economia** afundou (-13,8%). Só a China ficou fora da queda e teve expansão no trimestre, de 11,5%.

### RETRAÇÃO

Os maiores tombos foram da Índia, de 25,2%, e no Reino Unido, de 20,4%. Reduções significativas também no México (-17,1%), África do Sul (-16,4%), França (-13,8%), Itália (-12,8%) e Canadá (-11,5%). No Brasil e Alemanha (-9,7% em ambos os países),

Estados Unidos (-9,1%), Japão (-7,9%), Austrália (-7,0%) e Indonésia (-6,9%).

### ATIVIDADE

Embora em ritmo menor, a atividade econômica cresce 2,15% em julho, ante junho, diz o Banco Central, pelo indicador IBC-Br. Vem em alta, após forte retração nos meses de março e abril, por conta da pandemia do coronavírus. É o terceiro mês consecutivo de alta da **economia** brasileira.

### INDICADOR

Outro dado positivo. O Indicador Antecedente Composto da **Economia** Brasileira subiu 1,10% em agosto na comparação com julho, revela a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e The Conference Board. O resultado de julho situa o IACE 2,2 pontos abaixo do nível observado em fevereiro de 2020, último mês pouco afetado pela pandemia de coronavírus.

PROJEÇÕES O **mercado** financeiro, através do boletim semanal Focus, do Banco Central, mudou a direção para positivo ante a semana passada. Agora, a projeção do PIB de 2020 melhora de queda de -5,31% para -5,11%. A estimativa do Focus para o IPCA 2020 sobe de 1,78% para 1,94% e, a projeção para o câmbio 2020 segue em R\$ 5,25 e em R\$ 5,00 para 2021.

### REDUÇÃO DE DESIGUALDADE

Um estudo do Ipea mostra que a tributação tem maior espaço para ajudar na redução da desigualdade. Enquanto as transferências monetárias vêm alcançando sucesso em seus impactos, os **tributos** diretos ainda estão longe do protagonismo que podem ter. O Ipea destaca que as políticas de transferência de renda como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e mesmo a Previdência Social têm efeitos positivos para redução da desigualdade social no Brasil. Mas o grande espaço para a melhoria nesse indicador está no uso da tributação direta sobre a renda e

patrimônio.

## COTAÇÕES

A Bolsa avançou nos primeiros negócios com exterior favorável e fechou em 1,94%, a 100.275 pontos. O petróleo (spot) foi vendido a U\$ 37,26, leve queda de -0,04%. Já o dólar ficou em R\$ 5,275, queda acentuada de -1,07%. A entrada de dólar na balança comercial se mantém no positivo. Na segunda semana de setembro a balança comercial teve superávit de US\$ US\$ 1,727 bilhão. Houve alta de 5,1% na média diária das exportações.

## PAGAMENTOS

Dinheiro novo na praça. O Governo do Estado deposita hoje os salários de setembro de quem ganha até R\$ 4 mil e 40% de quem ganha acima desse valor. Depósito de mais de R\$ 231,6 milhões. Já a Caixa Econômica também faz hoje o pagamento o abono salarial 202/2021, para mais de 734 mil trabalhadores nascidos em setembro (R\$ 567 milhões). Ontem a Caixa creditou os valores do Saque Emergencial do FGTS, mais de R\$ 3 bilhões

## RISCO

O ministro Paulo Guedes (**Economia**) afirmou ontem que a União pode quebrar se bancar novo fundo para estados e municípios. 'Vamos entrar em rota de implosão fiscal', diz Guedes. Em evento virtual da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Guedes fez um forte discurso contra a criação do novo fundo.

## PRAZO

Os municípios têm até amanhã, 16 de setembro para questionarem a estimativa populacional do IBGE. De acordo com a Confederação Nacional de Municípios (CNM), o instituto vem respeitando este prazo desde 2016. A partir da daí será fixado o índice para repasse do FPM.

## CRESCIMENTO

O faturamento das indústrias de materiais de construção cresce 2,9% em agosto, sendo essa a primeira vez no ano que o setor registra alta por dois meses consecutivos. Segundo a Abramat, associação do setor, se comparado a agosto de 2019, o aumento é ainda maior, de 9%. No entanto, a expectativa para o fechamento do ano ainda é de queda.

## ALUGUEL

Com queda de 0,28% em agosto, o preço médio de aluguel recua pelo terceiro mês consecutivo, de acordo com a Fipe e o ZAP. Na análise do último mês, após recuo de 0,40% em julho, o Índice ficou abaixo da inflação tanto pelo IPCA/IBGE (+0,24%) e quanto pelo IGP-M/FGV (+2,74%), resultando em uma queda real do preço médio do aluguel dos imóveis.

Os artigos publicados com assinatura não traduzem, necessariamente, a opinião da TRIBUNA DO NORTE, sendo de responsabilidade total do autor.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**



Oficialmente, o governo não enviou junto com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma administrativa nenhum cálculo da **economia** potencial. A justificativa é que a conta depende ainda de decisões sobre as carreiras dos servidores, que não estão contempladas no texto da PEC e que ficarão para projetos de lei, numa segunda fase da reforma, porque dependem inclusive da aprovação da mudança constitucional.

### Impactos

O diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea, José Ronaldo Souza Junior, diz que a divulgação dos cálculos pretende auxiliar a sociedade e os tomadores de decisão - Executivo e Parlamento - a entender os possíveis impactos fiscais de diferentes conjuntos de medidas e as condições necessárias para torná-las efetivas. 'A ideia foi fazer uma avaliação de projeções de gastos com pessoal sob diferentes hipóteses e cenários', explica.

Apesar de a PEC do governo ter deixado de fora os membros de Poderes (como juízes, desembargadores, procuradores e parlamentares), os cálculos do Ipea adotam como premissa a inclusão dessas categorias nas medidas de ajuste. 'Os juízes estão incluídos, mas é bom lembrar que o objetivo do estudo não é estimar a **economia** especificamente com a PEC enviada. O objetivo é avaliar determinadas medidas que podem ser classificadas como reforma administrativa. De qualquer forma, o tipo de medida avaliado sobre a carreira específica de juiz não teria impacto fiscal elevado', afirma o diretor.

### Cenários

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) elaborou três cenários (A, B e C) para simular a **economia** potencial da reforma administrativa e do congelamento de salários do funcionalismo por dois anos. Em comum, eles consideram uma redução de 30% no **salário** inicial para novos servidores federais, estaduais e municipais, além de uma reposição das vagas em número menor que o total de aposentadorias.

O diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea, José Ronaldo Souza Junior, frisa que o grupo dedicado ao trabalho não se debruçou em medir a probabilidade de sucesso de cada um dos cenários, ou seja, as chances de cada conjunto de medidas ser aprovado no Congresso Nacional.

No cenário A, os salários de todos os servidores estaduais e municipais ficam congelados por dois anos, enquanto na União a medida alcança apenas os estatutários (servidores que ingressaram por meio de concurso público e ganham estabilidade após três anos de estágio probatório). Em todas as esferas, o **salário** inicial fica em 70% do respectivo valor atual.

Para os servidores federais, apenas estatutários, dobra-se o tempo para que os novos entrantes cheguem ao topo de carreira, e a taxa de reposição (novas contratações ante número de novas aposentadorias) fica em 90% em cargos de nível superior e 50% em cargos de nível médio.

Já para Estados, o cenário A prevê uma taxa de reposição de 90% para todos os servidores (estatutários e não estatutários) e redução do **salário** inicial dos novos entrantes também de 30%. O estudo adota a premissa de que os ganhos auferidos pelos municípios sejam uma fração dos ganhos para os Estados.

Considerando todas essas premissas, a **economia** potencial em uma década é de R\$ 470,7 bilhões com o congelamento salarial e de R\$ 202,5 bilhões com as alterações nas carreiras.

Segundo o Ipea, dois tipos de efeitos sobre as despesas com não estatutários seriam teoricamente possíveis: de um lado, a redução do contingente de estatutários poderia levar à maior contratação de temporários ou celetistas para evitar comprometer alguns serviços públicos, elevando a despesa.

### Estatutários

No cenário B, inclui-se os servidores não estatutários

nas medidas válidas para a União, sob a hipótese de que o ganho potencial com isso corresponde a 50% do ganho obtido com os estatutários. Esse cenário pressupõe ganhos 'expressivos' de produtividade no serviço público, segundo o Ipea.

Com isso, a magnitude da **economia** total para a União e para o setor público como um todo aumenta. No cenário B, o impacto do congelamento chega a R\$ 503,5 bilhões, e o das mudanças nas carreiras, a R\$ 235 bilhões em dez anos. Toda a diferença vem do governo federal, já que Estados e municípios permanecem com estimativas iguais às do cenário A.

No cenário C, o mais otimista em termos de alcance das medidas, considera o cenário B com uma diferença: a de que a taxa de reposição nos Estados e municípios seja de 50%, ou seja, cinco novos contratados a cada dez novos aposentados. Com isso, o congelamento resultaria em **economia** de R\$ 497,7 bilhões, e as alterações nas carreiras, de R\$ 318,5 bilhões em uma década.

A folha de pessoal e encargos sociais representa o segundo maior item de despesa no orçamento da União - respondendo por quase 22% do total das despesas primárias. Nos Estados, corresponde a 56,3% das despesas totais e a 76,1% da receita corrente líquida. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

UOL com informações de Estadão Conteúdo

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

## Futuro do turismo potiguar é debatido na Assembleia Legislativa



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Tatiana Alcantara

Foto: Reprodução/ALRN

Debater o futuro do turismo, um dos principais potenciais econômicos do Rio Grande do Norte, diante dos impactos causados pela pandemia do novo Coronavírus. Esse foi o principal objetivo da audiência pública 'Planejando o Turismo do RN', que foi promovida, de forma remota, na manhã desta segunda-feira (14), pela Assembleia Legislativa, através do mandato do deputado Coronel Azevedo (PSC).

De acordo com o parlamentar, o intuito da audiência pública foi debater iniciativas que contribuam para alavancar o setor que mais emprega no Estado. 'O Rio Grande do Norte se destaca dentro e fora do Brasil pelo seu potencial turístico. Por isso, é preciso planejar ações integradas para apoiar a geração de emprego e renda propiciada por essa atividade econômica. Nesse sentido, o diálogo plural é essencial para que possamos levantar ideias e colocá-las em prática o quanto antes', argumentou o deputado.

Dando início ao debate, a representante da Setur (Secretaria de Turismo do RN), Solange Portela, fez uma apresentação de como a instituição vem trabalhando, em parceria com a Emprotur (Empresa Potiguar de Promoção Turística), desde o surgimento da pandemia.

'Este ano nós tivemos que readequar nosso planejamento, devido à Covid-19. E para que isso fosse possível a Emprotur realizou diversas pesquisas, tanto com agentes internos, como os gestores municipais, quanto com os agentes e operadores de fora do Estado, para conhecer melhor o cenário e saber quais estratégias iríamos tomar', contou.

De acordo com Solange Portela, um dos pontos mais importantes, relatados na pesquisa por turistas e agentes de viagens, foram os cuidados com os protocolos de segurança sanitária.

'De posse dessas informações nós elaboramos um plano de retomada, que não foi feito de maneira isolada, mas com a ajuda da Fecomércio, ABIH, Abrasel - Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, Sindetur - Sindicato das Empresas de Turismo do RN. E a partir disso nós levamos o plano para ser discutido no Conselho Estadual de Turismo, nos cinco conselhos regionais e nos principais destinos que têm um conselho municipal regular', explicou.

Finalizando sua fala, a representante da Setur discorreu sobre as medidas de readequação, que vão do início do isolamento social até dezembro. 'Nós estamos focando principalmente em capacitações de destinos, ações de marketing, linhas de crédito, campanhas de arrecadação, reuniões dos conselhos e distribuição de máscaras, através do Programa RN + Protegido. Acredito que todas essas estratégias nos ajudarão a alavancar novamente o turismo do nosso Estado', detalhou.

Em seguida, o palestrante e presidente da ADH-Brasil (Agência de Desenvolvimento Humano Brasil), Hamilton

Néri, disse que o turismo brasileiro é amador, e isso repercute nos estados e municípios.

'O nosso turismo é amador porque cometemos um erro muito sério, que é a falta de respeito ao turista. E isso se traduz principalmente na falta de apoio aos comerciantes e empresários locais, que podem ser donos de hotéis ou vendedores de picolé na praia', disse ele, destacando que é preciso evitar as chamadas 'três frustrações do turismo: do embarque, do percurso e do destino'.

'Por exemplo, se a família está viajando de férias e já tem um problema no nosso aeroporto, as pessoas mal chegaram e já se aborreceram. A partir daí vem o percurso - trânsito, limpeza etc - e a recepção no hotel, que precisa acolher bem essa família e melhorar a imagem da cidade', detalhou.

O presidente da ADH falou ainda da importância do apoio do Poder Público ao segmento. 'O turismo gera receita, desenvolvimento local e regional. Os gestores devem entender isso. Além de ser importante que eles mesmos tenham conhecimento sobre o assunto, é necessário que nomeiem secretários realmente capacitados para gerir a pasta nas suas localidades', finalizou.

De acordo com o secretário de turismo de Natal, Joham Alves Xavier, o setor precisa ser trabalhado em três vertentes: capacitação, promoção do destino e infraestrutura. 'A prefeitura tem se esforçado diuturnamente para minimizar todos os problemas de infraestrutura da nossa capital. Já fizemos as obras de recapeamento asfáltico da orla de Ponta Negra e iniciamos a iluminação de toda a orla natalense, iniciando por Ponta Negra, passando pela Via Costeira e indo até a Redinha', disse.

O secretário divulgou ainda outros projetos em andamento. 'Um deles é o novo complexo turístico da Redinha, que trará mais conforto e mobilidade ao turista e à população local. Também teremos a revitalização da Rua Praia de Ponta Negra, que vai do Praia Shopping até a feirinha de artesanato. Vamos reformar o calçadão

e colocar ciclovias, humanizando mais aquele trecho. E ainda faremos uma melhoria na escadaria de Mãe Luíza, que terá o calçadão revestido com mosaicos coloridos', acrescentou Joham Xavier.

Ao final do seu discurso, o secretário de turismo da capital destacou que 'o mais importante para Natal nesse momento é a promoção do destino. E nós já iniciamos as tratativas para promover nossa cidade tanto nos estados vizinhos, quanto no Sul e Sudeste, além de tentar chamar a atenção do turista estrangeiro', concluiu.

Já o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio Grande do Norte (ABIH-RN), José Odécio Jr., criticou a falta de suporte por parte do Poder Público. 'Muitos falam que o turismo é a principal atividade econômica do Estado, mas pouco se faz por ela. É uma dinâmica que precisa muito do apoio do Poder Público, no sentido de diminuir a carga tributária e regulamentar melhor as questões trabalhistas', cobrou.

Segundo José Odécio, a ABIH é uma entidade que investe no desenvolvimento do turismo, preocupando-se principalmente com a especialização de mão de obra. 'Nós enxergamos o setor de uma maneira muito profunda, inserindo a população local, gerando empregos e investindo na capacitação dos funcionários. Mas é um desafio enorme ser empresário no Brasil e maior ainda no Rio Grande do Norte, que é um Estado pobre, cuja economia depende do turismo, mas não se vê isso nas ações dos governantes', disse.

Na sequência, o membro do Corpo de Bombeiros e bugueiro profissional, Major Jorge, externou sua preocupação com a ausência de fiscalização nas praias, em termos de trânsito de veículos.

'O que nós temos visto é uma total ausência da fiscalização nesse momento, porque legislação nós temos. Como cidadãos, nós observamos que simplesmente não há mais fiscalização nas praias. Parece que não há lei para ser cumprida. Hoje em dia a gente vê todo tipo de carro transitando na beira do mar.

Isso não pode acontecer. A maior preocupação é que essa imprudência pode gerar muitos acidentes', disse.

Para o oficial do Corpo de Bombeiros do RN, o turismo é um dos segmentos que mais trazem recursos para o Estado, mas é preciso ter planejamento. 'Quando não se planeja, vem o erro. E o planejamento sem ação também é um problema', finalizou.

Também participaram do debate outros representantes do Poder Público, sindicatos e associações ligadas ao tema, além de membros da iniciativa privada.

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN -  
FECOMÉRCIO RN

## 2º Fest Bossa & Jazz - Home Sessions acontece próximo mês em Natal e pela web



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Vem aí o 2º Fest Bossa & Jazz - Home Sessions! Com o sucesso do novo formato promovido no último mês de abril e a impossibilidade da realização do festival em seu formato totalmente presencial, a segunda edição do 'Home Sessions' será realizada nos dias 1º e 2 de outubro, em formato híbrido, com apresentações ao vivo via web e com presença de público convidado no Hotel **Barreira Roxa**, Via Costeira, em Natal.

Aprovado pelo programa Djalma Maranhão de Incentivo à Cultura da Cidade do Natal, o projeto conta com patrocínio da Unimed Natal, apoio cultural do **SENAC** RN e apoio da Beju Produções. O festival terá transmissão pelo canal oficial da Band RN no YouTube e apresentará 8 'lives' de artistas locais, nacionais e internacionais. Uma realização da Juçara Figueiredo Produções.

O 2º Fest Bossa & Jazz - Home Sessions está com uma programação recheada de grandes artistas, como Ed Motta, Sergio Groove e o encontro inédito de Dudu Galvão & Samara Alves entre outros que serão

divulgados nos próximos dias, juntamente com a programação completa do festival.

Na sua 1ª edição em abril, em comunhão com o evento, lançamos uma campanha de arrecadação de fundos para o Instituto Juvino Barreto, junto aos seguidores do festival e ao público e artistas participantes do evento, mantendo na versão online a preocupação com o impacto social do projeto, especialmente em um momento onde os idosos eram os principais atingidos pela pandemia.

Mantendo a mesma filosofia, porém ampliada para o impacto social da música na população de Natal, estaremos realizando campanha de arrecadação de fundos para o projeto Ilha de Música, idealizado e coordenado pelo trombonista Gilberto Cabral na comunidade da África na zona norte da cidade.

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN, FECOMÉRCIO-RN - BARREIRA ROXA

## Som Sem Plugs promove oficinas audiovisuais para jovens de projetos sociais em Natal, Caicó e Mossoró



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Você acredita no poder transformador da música? O projeto Som Sem Plugs acredita e muito, por isso está com uma nova ação, 'Narrativas Musicais'. O intuito desta vez é proporcionar uma relevante experiência audiovisual para estimular o pensamento e a criatividade entre crianças e jovens de projetos sociais de Natal, Caicó e Mossoró, que atuam com foco na música. A ação dará a oportunidades para que esse público possa contar suas histórias, narradas e dirigidas por eles mesmos.

'Narrativas Musicais' conta com a participação de alunos de música das unidades do **SESC RN** (Caicó e Mossoró), Projeto Esperança de Mossoró e dos projetos Ilha de Música e Conexão Felipe Camarão, em Natal. O Som Sem Plugs junto com essas instituições parceiras, darão voz para que os jovens possam contar os impactos positivos que a música gerou e/ou gera em suas vidas e conseqüentemente, nas suas comunidades.

Essas histórias serão retratadas através da produção de

mini documentários e, tudo isso será apresentado a você, por meio do site, YouTube e redes sociais do Som sem Plugs. A ação vai acontecer através de oficinas on-line de fotografia, roteiro, além de experiências artísticas via smartphone, ministradas pelo cineasta potiguar e membro da equipe de produção do Som Sem Plugs, Ernani Silveira - especialista em cinema pela UFRN e roteirista pela EICTV-Cuba.

Entenda como 'Narrativas Musicais' será desenvolvida

Ocorrerá em quatro momentos: primeiro momento serão realizadas videoaulas, voltadas para crianças e jovens, alunos de iniciação musical, no qual será aplicada uma metodologia expositiva, com conteúdo de roteiro, fotografia e exercício de expressão artística. No segundo momento serão selecionados alunos que irão produzir pequenos filmes (minidocs), relatando o impacto da música e do processo de aprendizagem em suas vidas e em suas respectivas comunidades.

Já no terceiro momento, o Som Sem Plugs vai transformar o conteúdo da ação em um documentário a ser exibido via web, além de trechos que serão exibidos em um programa especial na grade da InterTV. Para encerrar a ação, será realizada uma campanha de doação de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), álcool em gel, alimentos e produtos de higiene pessoal para as comunidades assistidas pelas ONGs/Instituições parceiras.

O público vai poder tirar dúvidas, acompanhar as novidades e saber de todas as etapas da ação, pelas redes sociais do Som Sem Plugs (@somsemplugs).

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SESC RN**

## Sesc RN oferece modalidades esportivas com preços diferenciados e turmas on-line



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Suébster Neri

O Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (**Sesc RN**), instituição do **Sistema Fecomércio RN**, está oferecendo modalidades esportivas no formato on-line, neste mês de setembro, com preços diferenciados e o mesmo nível de excelência e qualidade profissional das aulas presenciais. A medida é uma ação de combate ao sedentarismo e promoção à saúde física e mental, proporcionada neste momento de pandemia da Covid-19.

Com o canal on-line, o aluno pode manter a forma com a comodidade de permanecer em casa e ainda ter o acompanhamento do instrutor, pelo aplicativo de transmissão da modalidade e troca de mensagens no celular. As aulas acontecem até três vezes na semana, têm duração de 40 minutos cada e as mensalidades variam entre R\$ 20 e R\$ 40.

As modalidades oferecidas são ginástica, alongamento, pilates de solo e dança. O **Sesc RN** preparou um

conteúdo de atividade direcionado ao público da melhor idade, a partir dos 60 anos. Esta turma sênior tem acesso a treinos de força, dança e ginástica funcional, com a mesma frequência. Outra novidade é o atendimento individualizado, com acompanhamento do personal trainer, com aulas duas vezes por semana e 50 minutos de duração cada, a preços que variam entre R\$ 70 e R\$ 150.

Os interessados nas aulas on-line devem procurar uma das Centrais de Relacionamento do Sesc para agendar o atendimento e efetivar a matrícula.

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN

## Projeto 'Trilhas do Futuro', do Senac RN, terá série de lives sobre competências para o novo mercado profissional



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Entre as diversas transformações sociais causadas pela pandemia Covid-19, as adequações necessárias ao novo mercado profissional têm sido tema recorrente de estudos e debates. Atento ao novo contexto global, o **Senac** RN lança, nesta terça-feira (15), o projeto 'Trilhas do Futuro', uma iniciativa que visa apresentar e debater tendências e previsões para a educação profissional em diversos segmentos.

Para o lançamento do projeto, será realizada uma série de lives, com especialistas convidados, abordando temas como: Futuro do Trabalho, com a economista e fundadora do portal 'O Futuro das Coisas', Lília Porto; Futuro da Educação, com a diretora de educação da Microsoft, Vera Cabral; e Competências Profissionais do Futuro, com a consultora e doutora em educação, Juliana Vieira.

'A capacidade de adaptar-se tem sido uma das virtudes fundamentais para o novo contexto educacional e profissional em todo o mundo. Por isso estamos investindo em iniciativas que proporcionem à sociedade

o conhecimento e atualização sobre o mercado como um todo. O Trilhas do Futuro traz essa oportunidade de nos prepararmos para esse futuro, que foi acelerado pela pandemia Covid-19', explica presidente do **Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz**.

Todas as transmissões serão realizadas no perfil do **Senac** RN no Instagram (@senac\_rn) sendo conduzidas em um formato de bate papo sobre as competências e habilidades profissionais necessárias ao novo cenário. A live de abertura, com a economista Lília Porto, também poderá ser acompanhada pelo canal do **Senac** no Youtube (senarn).

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN

## Sesc RN oferece modalidades esportivas com preços diferenciados e turmas on-line



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

O Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (**Sesc RN**), instituição do **Sistema Fecomércio RN**, está oferecendo modalidades esportivas no formato on-line, neste mês de setembro, com preços diferenciados e o mesmo nível de excelência e qualidade profissional das aulas presenciais. A medida é uma ação de combate ao sedentarismo e promoção à saúde física e mental, proporcionada neste momento de pandemia da Covid-19.

Com o canal on-line, o aluno pode manter a forma com a comodidade de permanecer em casa e ainda ter o acompanhamento do instrutor, pelo aplicativo de transmissão da modalidade e troca de mensagens no celular. As aulas acontecem até três vezes na semana, têm duração de 40 minutos cada e as mensalidades variam entre R\$ 20 e R\$ 40.

As modalidades oferecidas são ginástica, alongamento, pilates de solo e dança. O **Sesc RN** preparou um

conteúdo de atividade direcionado ao público da melhor idade, a partir dos 60 anos. Esta turma sênior tem acesso a treinos de força, dança e ginástica funcional, com a mesma frequência. Outra novidade é o atendimento individualizado, com acompanhamento do personal trainer, com aulas duas vezes por semana e 50 minutos de duração cada, a preços que variam entre R\$ 70 e R\$ 150.

Os interessados nas aulas on-line devem procurar uma das Centrais de Relacionamento do Sesc para agendar o atendimento e efetivar a matrícula.

Serviço:

Turmas on-line de modalidades esportivas abertas no **Sesc RN**

Inscrições: Centrais de Relacionamento **Sesc RN** (agendamento presencial via contato telefônico das centrais)

Telefones Centrais de Relacionamento Sesc:

Sesc Cidade Alta. (84) 3133-0360.

Sesc Zona Norte. (84) 3214-7350.

Sesc Potilândia. (84) 3231-3928.

Sesc Rio Branco. (84) 3216-2400.

Sesc Mossoró. (84) 3312-9811.

Sesc Caicó. (84) 3421-2337.

Sesc Macaíba. (84) 3271-1433.

Turmas público em geral e sênior: aulas três vezes por semana, 40 minutos.

Mensalidade

Trabalhador de comércio: R\$ 20 (vinte reais)

Conveniado: R\$ 30 (trinta reais)

Público geral: R\$40 (quarenta reais).

Personal trainer on-line: treino duas vezes por semana,  
50 minutos de aula.

Mensalidade

Trabalhador de comércio: R\$ 70 (setenta reais)

Conveniado: R\$120 (cento e vinte reais)

Público geral: R\$150 (cento e cinquenta reais)

Pagamento: espécie, cartões de débito e crédito.

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN -  
SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN -  
FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SESC RN